



# SENADO FEDERAL

## TEXTO FINAL REVISADO

pelo Núcleo de Redação Legislativa,  
nos termos do Regulamento Administrativo do Senado Federal

### PROJETO DE LEI Nº 4.239, DE 2019, da Senadora Rose de Freitas

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana), para determinar as informações cadastrais a serem fornecidas pelos usuários dos serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana), para determinar as informações que deverão constar do cadastro dos usuários do transporte remunerado privado individual de passageiros.

**Art. 2º** O art. 4º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 4º .....

.....

Parágrafo único. Os usuários do serviço a que se refere o inciso X do *caput* deverão cadastrar-se previamente, mediante o fornecimento das seguintes informações:

I – nome completo;

II – número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

III – cópia de documento com foto.” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.